

PROCESSO : **16.547-6/2011 (2 VOLUME)**
INTERESSADO : **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**
ASSUNTO : **CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011**
RELATOR : **CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA**

RELATÓRIO – GESTÃO

Trata o processo das Contas Anuais de Gestão da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**, referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do gestor **Maurício Joel de Sá**, submetido à análise deste Tribunal de Contas, em face da competência disposta no § 1º e do art. 31 da Constituição Federal, combinado com o art. 212 da Constituição Estadual e com o inc. II, do art. 1º, da Lei Complementar Estadual 269, de 29/01/2007.

MR 42

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI	
JULGAMENTOS PELO TCE-MT DE 2008 – 2010	
Exercício 2008	julgar irregulares, multar
Exercício 2009	julgar regulares, com recomendações e determinações legais e multar
Exercício 2010	julgar regulares, com recomendações e determinações legais e multar

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT

As referidas contas foram apresentadas com os demonstrativos contábeis assinados pelo gestor da Prefeitura Municipal de **Alto Taquari**, e por profissional credenciado, o Sr. Euzébio Oly Medeiros de Oliveira, Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MT) sob o número 5372-01 TC.

Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do município, ficou sob a responsabilidade do Senhor **Robison Junio Alves dos**

Santos (fls. 181-183).

1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) - e depois as enviou a este tribunal para registro, conforme a seguir:

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	REGISTRO
PPA	467-7/2010	557/2009	26/10/09		13/04/10
LDO	23.420-6/2010	596/2010	16/06/10		06/10/11
LOA	1.141-0/2011	623/2010	20/12/10	15,00%	03/10/11

A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 30.420.400,00** (trinta milhões, quatrocentos e vinte mil e quatrocentos reais), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 15% do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE

	VALOR	% DESP
Administração Direta	30.420.400,00	100,00%
Prefeitura Municipal	28.500.400,00	93,69%
Câmara Municipal	1.920.000,00	6,31%
Administração Indireta	0,00	0,00%
Total Geral Fixado	30.420.400,00	100,00%

A série histórica da Lei Orçamentária, no período 2008/2011, indica que o Município vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode

observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO				
	2008	0	2010	2011
Receita Estimada	21.347.000,00	27.256.000,00	30.037.000,00	30.420.400,00
Variação %	-	27,68%	10,20%	1,28%

Fonte: Site TCE-MT

2. Receitas

As receitas efetivamente arrecadadas pelo Poder Executivo, totalizaram **R\$ 31.524.997,39** (trinta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil novecentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos).

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas do município, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **17,87%**, conforme demonstrado a seguir:

RECEITA PRÓPRIA	VALOR (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
Imposto	4.599.410,21	14,59%
IPTU	169.131,51	0,54%
IRRF	709.037,20	2,25%
ISSQN	3.561.875,50	11,30%
ITBI	159.366,00	0,51%
Taxa	387.726,76	1,23%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	507.959,46	1,61%
Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos	33.117,79	0,11%
Dívida Ativa Tributária	100.203,70	0,32%
Multa/Juros de Mora/Correção Monetária s/ Dívida Ativa Tributária	6.199,20	0,02%

Total	5.634.617,12	17,87%
--------------	---------------------	---------------

Fonte: Contas Anuais

A série histórica das receitas orçamentárias, no período 2008/2011, revela o crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Ano	2008	2009	2010	2011
Receitas Orçamentárias	27.053.811,76	28.913.962,34	29.075.936,16	31.524.997,39
Variação %	-	6,88%	0,56%	8,42%
% de Receitas Próprias	10,60%	10,94%	19,12%	17,87%

Fonte: Site TCE-MT

2.1 DÍVIDA ATIVA

Durante o exercício, os créditos inscritos em Dívida Ativa aumentaram **90,04%** em relação ao estoque do exercício de 2010, enquanto a recuperação de créditos representou **13,70%** do mesmo saldo, conforme exposição a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	731.375,25
Inscrições no Exercício	759.880,90
Cobrança e encampação	100.203,70
Cancelamento	1.129,69
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.389.922,76
% de acréscimo da Dívida Ativa	90,04%
% Recebimento da Dívida Ativa (Cobrança)	13,70%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período 2008/2011, indica crescimento relevante, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo Dívida Ativa	432.369,28	604.139,76	731.375,25	1.389.922,76
Variação %	-	39,73%	21,06%	90,04%

Fonte: Site TCE-MT

2.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA - Comparativo das Informações (Processo de Contas Anuais, APLIC e LRF-Cidadão)

Foram constatadas divergências entre os dados registrados no processo de Contas Anuais do Poder Executivo e os valores informados por meio do sistema LRF-CIDADÃO, conforme quadro a seguir:

Origens das Receitas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Receitas Correntes	30.894.359,15	30.894.359,15	0,00	30.894.359,15	0,00
Receita Tributária	4.987.136,97	4.987.136,97	0,00	4.987.136,97	0,00
Receita de Contribuição	507.959,46	507.959,46	0,00	507.959,46	0,00
Receita Patrimonial	30.183,22	30.183,22	0,00	30.183,22	0,00
Receita de Serviço	831.907,82	831.907,82	0,00	831.907,82	0,00
Transferências Correntes	24.309.274,80	24.309.274,80	0,00	24.309.274,80	0,00
Outras Receitas	227.896,88	227.896,88	0,00	227.896,88	0,00
Receitas de Capital	630.638,24	630.638,24	0,00	630.638,24	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	630.638,24	630.638,24	0,00	630.638,24	0,00
Total das Receitas	31.524.997,39	31.524.997,39	0,00	31.524.997,39	0,00

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

3. DESPESAS

As despesas realizadas pelo Poder Executivo, no exercício, totalizaram **R\$ 29.554.425,15** (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e cinco reais e quinze centavos), com a seguinte distribuição por função:

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$)	DESPESA REALIZADA -MUNICÍPIO (R\$)	DESPESA REALIZADA -PODER EXECUTIVO (R\$)
01 - Legislativa	1.920.000,00	1.872.406,87	0,00
04 - Administração	7.283.800,00	8.828.381,49	8.828.381,49
06 - Segurança Pública	122.000,00	139.029,29	139.029,29
08 - Assistência Social	1.330.000,00	1.500.689,67	1.500.689,67
09 - Previdência Social	996.100,00	0,00	0,00
10 - Saúde	6.928.100,00	7.534.678,22	7.534.678,22
11 - Trabalho	200.000,00	349.296,56	349.296,56
12 - Educação	6.003.400,00	6.483.457,67	6.483.457,67
13 - Cultura	240.000,00	174.449,60	174.449,60
15 - Urbanismo	863.000,00	936.605,35	936.605,35
16 - Habitação	130.000,00	144.392,13	144.392,13
17 - Saneamento	437.000,00	429.945,41	429.945,41
18 - Gestão Ambiental	40.000,00	0,00	0,00
20 - Agricultura	289.000,00	212.934,80	212.934,80
22 - Indústria	80.000,00	6.150,00	6.150,00
23 - Comércio e Serviços	550.000,00	286.285,45	286.285,45
25 - Energia	305.000,00	805.998,92	805.998,92
26 - Transporte	965.000,00	914.845,55	914.845,55
27 - Desporto e Lazer	538.000,00	482.859,73	482.859,73
28 - Transporte/Estradas	200.000,00	0,00	0,00
29 - Encargos especiais	0,00	324.425,31	324.425,31
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL	R\$ 30.420.400,00	R\$ 31.426.832,02	R\$ 29.554.425,15

Fonte: LOA, Contas Anuais

3.1. DESPESA ORÇAMENTÁRIA - Comparativo das Informações (Processo de Contas anuais, APLIC e LRF-Cidadão)

Os dados constantes do processo de Contas Anuais também apresentam divergência em relação aos valores informados por meio do sistema LRF-Cidadão, conforme quadro a seguir:

Grupos de Despesas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
Despesas correntes	26.841.544,37	26.841.544,37	0,00	26.840.489,27	1.055,10
Pessoal e Encargos Sociais	14.175.691,57	14.175.691,57	0,00	14.175.172,85	518,72
Outras Despesas Correntes	12.665.852,80	12.665.852,80	0,00	12.665.316,42	536,38
Despesas de Capital	2.712.880,78	2.712.880,78	0,00	324.425,31	2.388.455,47
Investimentos	2.388.455,47	2.388.455,47	0,00	0,00	2.388.455,47
Amortização da Dívida	324.425,31	324.425,31	0,00	324.425,31	0,00
Total das Despesas	29.554.425,15	29.554.425,15	0,00	27.164.914,58	2.389.510,57

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando a **receita estimada** com a efetivamente **arrecadada**, verifica-se excesso de **3,63%** na arrecadação. A **despesa autorizada** comparada à **despesa realizada** apresenta uma economia orçamentária de **0,28%**, conforme se observa no quadro a seguir:

COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO - CONSOLIDADO			
Receita Prevista	30.420.400,00	Despesa Autorizada	31.515.764,53
Receita Arrecadada	31.524.997,39	Despesa Realizada	31.426.832,02
Excesso na Arrecadação	1.104.597,39	Economia Orçamentária	88.932,51
% da prevista	3,63%	% da autorizada	0,28%

Fonte: Contas Anuais

Na comparação das **receitas arrecadadas** com as **despesas realizadas**, excluídos os valores da Câmara Municipal, constata-se *superavit* no resultado orçamentário equivalente a **6,25%** da receita, conforme demonstrado no seguinte quadro:

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA	PREFEITURA
Receita Arrecadada	31.524.997,39	0,00	31.524.997,39
Despesas Realizadas	31.426.832,02	1.872.406,87	29.554.425,15
Resultado Orçamentário	98.165,37	-1.872.406,87	1.970.572,24

Percentual da Receita	0,31%	0,00%	6,25%
------------------------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Contas Anuais

Ao analisar o resultado da execução orçamentária do poder executivo, no período de 2008 a 2011, constatou-se superávit orçamentário, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Ano	2008	2009	2010	2011
Receitas Orçamentárias	27.053.811,76	28.913.962,34	29.075.936,16	31.524.997,39
Variação %	-	6,88%	0,56%	8,42%
% de Receitas Próprias	10,60%	10,94%	19,12%	17,87%

Fonte: Contas Anuais

5. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL)

O resultado financeiro, que é a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

No exercício de 2011 é possível verificar equilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo processados, uma vez que o executivo municipal dispõe de R\$ 1,86 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CÂMARA	PREFEITURA
Ativo Financeiro	716.120,03	0,00	716.120,03
Passivo Financeiro	385.835,83	0,00	385.835,83
Resultado Financeiro (Déficit / Superávit)	330.284,20	0,00	330.284,20
Quociente da Situação Financeira	1,86	0	1,86
Passivo Financeiro (Excluídos os R. P. Não Processados)	225.785,00	0,00	225.785,00
Quociente da Situação Financeira	3,17	0	3,17

(Excluídos os R. P. Não Processados)

[Fonte: Contas Anuais](#)

A série histórica do quociente da situação financeira, no período 2008/2011, indica incapacidade do poder executivo em administrar seus compromissos de pagamentos imediatos, exceto em 2011, conforme se pode observar:

Período		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Quociente da Situação Financeira *	Quociente da Situação Financeira (excluídos os R. P. Não Processados)
0	Executivo	294.466,92	711.615,98	0,41	0,41
	Consolidado	294.466,92	711.615,98	0,41	0,41
2009	Executivo	376.496,58	885.999,46	0,42	1,66
	Consolidado	548.949,86	892.962,57	0,61	2,34
2010	Executivo	362.304,64	371.979,71	0,97	2,59
	Consolidado	458.487,32	468.162,39	0,98	1,94
2011	Executivo	716.120,03	385.835,83	1,86	3,17
	Consolidado	716.120,03	385.835,83	1,86	3,17

6. Dívida Pública

A Dívida Pública do Município, em 31/12/2011, totalizava **R\$ 1.532.506,93** (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil quinhentos e seis reais e noventa e três centavos), constituindo-se de dívidas fluante e fundada:

Títulos	Saldo Exercício 2010	Movimentação no Exercício			Saldo em Dez/2011
		Inscrição	Pagamento	Cancelamento	
DÍVIDA FLUTUANTE	129.977,50	2.868.675,87	2.612.817,54	0,00	385.835,83
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Processado	14.284,37	0,00	14.284,37	0,00	0,00

Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Não Processado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar – 2011 – Processado	0,00	462,00	0,00	0,00	462,00
Restos a Pagar – 2011 - Não Processado	0,00	160.050,83	0,00	0,00	160.050,83
Depósitos e consignações	115.693,13	2.708.163,04	2.598.533,17	0,00	225.323,00
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	1.031.067,91	440.028,50	324.425,31	0,00	1.146.671,10
INSS – Parcelamento	0,00	52.837,66	19.899,68	0,00	32.937,98
REDE Cemat	1.013.487,36	0,00	253.371,84	0,00	760.115,52
PGE – SEMA	17.580,55	7.816,24	25.396,79	0,00	0,00
Pagamento – PASEP	0,00	379.374,60	25.757,00	0,00	353.617,60
TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	1.161.045,41	3.308.704,37	2.937.242,85	0,00	1.532.506,93

Fonte: Contas Anuais

Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no período 2011, excluídos os Restos a Pagar não Processados, constata-se que a Administração Direta apresentou **suficiência financeira** para saldar os compromissos de curto prazo, correspondendo a 317,17% sobre o total das obrigações. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta – a gestão municipal apresentou disponibilidade financeira de 317,17% em relação às obrigações, conforme demonstra o quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	ADM. DIRETA
Disponibilidade Financeira	716.120,03	716.120,03
Obrigações Financeiras	-385.835,83	-385.835,83
Restos a pagar não processados	160.050,83	160.050,83
Obrigações Financeiras menos restos a pagar não processados	225.785,00	225.785,00
Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados	490.335,03	490.335,03
% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações	317,17%	317,17%

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período 2008/2011, demonstra redução, exceto em 2011, conforme se observa a seguir:

Histórico do Saldo da Dívida Pública

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo da Dívida Pública	2.808.110,14	2.020.594,31	1.161.045,41	1.532.506,93
Variação %	-	-28,04%	-42,54%	31,99%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

7. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A série histórica dos limites constitucionais e legais, no período 2008/2011, são os apresentados a seguir:

	2008	2009	2010	2011
Aplicação na Educação	25,98%	33,73%	29,71%	28,57%
Aplicação na Saúde	17,59%	28,77%	22,60%	23,04%
FUNDEB	100,00%	110,48%	85,74%	80,45%
Despesa de Pessoal	34,34%	39,85%	43,51%	45,88%
Repasse para o Legislativo	6,38%	6,62%	6,73%	7,01%

8. LICITAÇÕES REALIZADAS.

Durante o exercício, a Prefeitura de **Alto Taquari** realizou **111** procedimentos licitatórios no total de R\$ 20.350.666,64, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Quantidade	% - (Qtde)	Valor da Proposta Vencedora	% - (R\$)
Convite para compras e serviços	18	16,22%	R\$ 1.110.841,19	5,46%
Convite para obras e serviços de engenharia	3	2,70%	R\$ 206.302,75	1,01%
Tomada de preço para compras e serviços	8	7,21%	R\$ 1.011.000,00	4,97%
Tomada de preço p/obras e serviços de engenharia	5	4,50%	R\$ 1.556.726,62	7,65%
Dispensa de Licitação para compras, serviços e obras	9	8,11%	R\$ 142.740,00	0,70%
Inexigibilidade de Licitação	3	2,70%	R\$ 273.939,76	1,35%
Pregão Presencial	65	58,56%	R\$ 16.049.116,32	78,86%

TOTAL	111	0%	R\$ 20.350.666,64	100%
--------------	------------	-----------	--------------------------	-------------

FONTE: APLIC

9. Denúncias e Representações.

Houve registro de 1 (**uma**) representação externa e 4 (**quatro**) representações internas, até a data de inclusão do presente processo em pauta de julgamento.

PROCESSO	OBJETO	SITUAÇÃO	ATUAL FASE (11/09/2012)
21.423-0/2011	Representação referente a possíveis irregularidades no poder Executivo municipal	Para julgamento	Para julgamento na Sessão Plenária de 18/09/2012 junto com as Contas Anuais
16.300-7/2011	Representação proposta pela Secex de Obras e Serviços de Engenharia referente a indícios de irregularidades e inadimplência no envio de informações pelo sistema Geo Obras referente ao 1º quadrimestre/2011	Julgado	Núcleo de Controle de Sanções (Aguardando pagamento de multa)
16.886-6/2011	Representação proposta pela 2ª Secex referente a o descumprimento do prazo de envio de documentos e informações do LRF Cidadão 1º bimestre e LOA/2011	Em instrução	SECEX da 2ª Relatoria (Emissão de Relatório de Defesa)
2.804-5/2012	Representação proposta pela Secex de Obras e Serviços de Engenharia referente a indícios de irregularidades no envio de informações pelo sistema Geo Obras do 2º quadrimestre/2011	Em instrução	SECEX de Obras e Engenharia (Emissão de Relatório de Defesa)
4.276-5/2012	Inadimplência no envio de documentos e informações relativas ao 2º e 3º quadrimestres/2011	Julgado	Núcleo de Controle de Sanções (Aguardando pagamento de multa)

10. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA.

Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria, a Auditora Público Externo, Maria das Dores Silva Modesto, após os trabalhos de auditoria, tomando por base informações prestadas a este tribunal

através do Sistema APLIC, como também das informações extraídas dos sistemas informatizados da entidade, elaboraram o relatório de preliminar de fls. 355-387-TCE, relacionando **9 (nove)** irregularidades.

Efetuada a citação regimental, conforme documento que consta às fls. 390-TCE, o gestor, Maurício Joel de Sá, apresenta sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu, pertinentes às fls. 396/494-TCE. Após a análise, a equipe técnica concluiu, às fls. 497/512-TCE, pela permanência de **09 (nove)** irregularidades, sendo 8 (oito) graves e 1 (uma) sem classificação pela Resolução Normativa 17/2010-TCE/MT, reorganizadas e remuneradas para fins didáticos, conforme a seguir:

I. PRESTAÇÃO DE CONTAS:

1) ocorrência de divergências entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela Equipe Técnica no Sistema APLIC (**MB 03**), assim discriminadas: Os valores das despesas fixada e realizada constantes dos Anexos 11 e 12, e o saldo da dívida tributária do Anexo 14, divergem do informado no Sistema APLIC; Ausência de registro do total dos restos a pagar processados de R\$ 462,00 nos Anexos 13 e 17, do montante licitado durante o exercício e do valor das inscrições de tributos em dívida ativa no Anexo 15;

2) não envio para o Sistema APLIC das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista de Empresas licitantes (**MB 01**);

II – LICITAÇÃO:

3) existência de falhas no Pregão presencial para Registro de Preços 48/2011 (**GB 13**);

III – CONTRATOS:

4) ausência de designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados pela Administração municipal (**HB 04**);

IV – PESSOAL:

5) não provimento do cargo de controlador interno por concurso público
(KB 10);

V – CONTROLE INTERNO:

6) ausência de normatização das rotinas internas e procedimentos de controle do Sistema de Controle Interno **(EB 02);**

7) inobservância do princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações **(EB 03);**

VI – CONTABILIDADE:

8) registro incorreto do total dos créditos da transferência do Fundo de Participação do Município **(CB 02);**

VII – SEM CLASSIFICAÇÃO:

9) ausência de pagamento do seguro obrigatório dos veículos do Poder Executivo Municipal;

11. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.

Submetido o processo à apreciação do Ministério Público de Contas, o Procurador, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, através do Parecer 3341/2012 (fls. 516/534-TCE), manifestou-se no sentido de julgar **regulares** as Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de Alto Taquari, exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. Maurício Joel de Sá, **com recomendações e determinações legais, e aplicação de multas** ao gestor, em razão das irregularidades constantes nos itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

Esse é o Relatório.
